



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

**Processo nº: 28.790/2018-e**

**Assunto:** Inexigibilidade de licitação

**Referência:** Despacho nº 108/2019-SEGEDAM (AA).

**Ementa:** Inexigibilidade de licitação – Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de subscrição de ferramenta de análise de performance de aplicação PHP *Blackfire*, na modalidade Self – Service Enterprise. Inexigibilidade de licitação. Boa ordem da minuta. Prosseguimento do feito.

## **N O T A Nº 36/2019-CJP**

Versam os autos do processo em epígrafe sobre as providências necessárias visando à contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de subscrição de ferramenta de análise de performance de aplicação PHP *Blackfire*, na modalidade Self – Service Enterprise, de acordo com o Projeto Básico cadastrado sob o e-Doc A6DA3C75 (Peça nº 11).

A respeito da contratação em tela, a STI assim se pronunciou:

“(…)

*Todo o perfilamento de soluções em PHP, com a ferramenta Blackfire, pôde ser executado automaticamente com passos simples e, ao final, com apenas um clique, **devendo ser destacada singularidade no mercado**, uma vez que outras ferramentas não permitem o perfilamento automático, sendo esse possível apenas no momento do desenvolvimento da solução, o que dificulta sobremaneira as análises e os diagnósticos posteriores, como foi o caso do problema supra do TCDF, que foi diagnosticado e solucionado pela ferramenta em tela (vide prova de conceito no e-DOC: 556AFF4B – peça 06).*

*Destaca-se que outras ferramentas tampouco podem **apresentar perfilamento de forma sistêmica como é possível com o uso da solução Blackfire, restando informar que a apontada solução é a única do mercado que atende às necessidades desta STI/SDS e do TCDF.***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

*Dessa forma, a aquisição se faz necessária visto que atualmente a equipe que trabalha com a criação e manutenção dos sistemas existentes nessa linguagem não possui uma maneira direta de realizar o profile de forma eficiente para a busca de pontos de melhoria, bem como para a automação de verificações automáticas de assertivas de performance de uma requisição durante a manutenção dos sistemas PHP.”*

Ato contínuo, por meio da Inexigibilidade nº 3/2019, a SELIC asseverou que, do exame efetuado, não foram detectadas ocorrências merecedoras de atenção por parte daquele Serviço.

Nesse passo, o feito foi submetido à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que informou a classificação e o saldo orçamentário atual para a realização da despesa por meio da Reserva Orçamentária nº 37/2019-SEORC.

Já no que se refere à situação fiscal da contratada, importante salientar que as certidões acostadas (peças de nº 20/24) encontram-se em plena validade, como determina o art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

Com relação à minuta trazida à colação para análise (peça nº 14), por derradeiro, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, motivo pelo qual atestamos sua boa ordem.

Sendo assim, considerando a inviabilidade de competição em face da estrita necessidade do TCDF e por tratar-se de **fornecedora exclusiva da ferramenta *Blackfire*** (e-DOC: 508DA594 – peça 08), sugere-se que seja aplicada a inexigibilidade de licitação prevista do art. 25, I, da Lei 8.666/93, a fim de viabilizar a contratação da referida ferramenta, *in verbis*:

*“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

*I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;”*

Destarte, esta Consultoria Jurídica, diante do que atesta a instrução processual e restrita aos aspectos jurídico-formais, informa a boa ordem da minuta do Contrato em tela e manifesta-se pela viabilidade jurídica da contratação pretendida, com fundamento no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

À apreciação do douto Consultor Jurídico.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019.

Ana Paula C. Resende M. do Prado  
**Assessora Jurídica**

Ciente.

De acordo.

À SEGEDAM, com as vênias de estilo.

**TÚLIO MÁRCIO CUNHA E CRUZ ARANTES**  
**Consultor Jurídico**